



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0011141-79.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético**
Documento de Origem: **TC, OF - 78/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1078/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
Autor: **Justiça Pública**
Autor do Fato: **André Alexandre de Lima**

Aos 03 de dezembro de 2014, às 14:15h, na sala de audiências da(o) 1ª Vara Criminal, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **Antonio Benedito Morello**, foi aberta a audiência preliminar. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes. Presente o(a) Promotor(a) de Justiça, **Dr. Sérgio Domingos de Oliveira**, compareceu o(a) autor(a) dos fatos André Alexandre de Lima desacompanhado de defensor, pelo que o MM. Juiz nomeou como defensor dativo para o ato o Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. O dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata de pena pecuniária, consistente no pagamento de duzentos reais (R\$200,00) à entidade a ser indicada pelo Juízo, podendo ser paga em duas parcelas de R\$100,00 (cem reais), vencendo a primeira no mês de fevereiro e a segunda no mês de março de 2015. Pelo autor da infração, assistido do defensor, foi dito que aceitava a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O M. M. Juiz decidiu: Vistos. Trata-se da prática infracional do artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei 9605/98. O Ministério Público propôs a aplicação imediata de pena pecuniária, que foi aceita pelo acusado. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao infrator **ANDRÉ ALEXANDRE DE LIMA** a pena pecuniária consistente no pagamento de duzentos reais (R\$200,00) à entidade a ser indicada pelo Juízo, podendo ser paga em duas parcelas de R\$100,00 (cem reais), vencendo a primeira no mês de fevereiro e a segunda no mês de março de 2015, a ser revertida à entidade pública ou privada com destinação social, **devendo o valor mencionado ser depositado na conta judicial nº 3900128905877, junto à agência do Banco do Brasil nº 5965-X – Fórum de São Carlos, especialmente aberta para esta finalidade, devendo o comprovante de depósito ser entregue no cartório do 1º Ofício Criminal de São Carlos**, por ter infringido o **artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei 9605/98**. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

Juiz de Direito:

Promotor de Justiça:

Autor do fato:

Advogado: